



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

26 de Fevereiro de 2011



Assembleia Municipal

ACTA N.º1

----- Ao vigésimo sexto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: --

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, Mário Pereira Gonçalves, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Sandra Margarida Pedroso Dias, António Jorge Martins Barata, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva Ventura Gomes Miranda e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, Lucilia Joaquina Mateus Ferreira Rebelo secretária da Junta de Freguesia de Arganil, em substituição de João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, António Quaresma Pereira tesoureiro da Junta de Freguesia de Cepos, em substituição de Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, António Gonçalves Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** cumprimentou todos os presentes e antes da entrada na ordem do dia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar um esclarecimento a toda a Assembleia.

----- O **Sr. Presidente da Câmara** após cumprimentar os presentes, informou que no ponto dois da ordem do dia, o Relatório Semestral sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro por lapso dos serviços não havia sido distribuído e que só no dia anterior se tinha apercebido dessa situação. Naturalmente, como primeiro



Assembleia Municipal

responsável assumiu toda a responsabilidade pela falha, referindo que o Sr. Vereador Luís Paulo Costa tinha uma apresentação preparada sobre este ponto, o qual tem de ser apreciado e que o ideal seria este ser apreciado nesse mesmo dia. Caso os Senhores Deputados Municipais não se considerassem em condições de poder apreciá-lo, teria de transitar para a próxima Assembleia Municipal. Não obstante o documento seria apresentado pelo Sr. vereador Luís Paulo, tendo a apresentação exactamente o conteúdo daquilo que estava no Plano de Saneamento Financeiro. Por fim mencionou que não queria deixar de dar esta nota e pedir desculpa pelo incómodo causado aos Senhores Deputados Municipais.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

----- Como não havia expediente, passou-se ao ponto seguinte. -----

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº5 realizada no dia 18 de Dezembro de 2010.-----

----- A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

----- 3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

----- O Sr. **Deputado Municipal João Pedro Pimentel** cumprimentou todos os presentes, começando por dizer que nesta sessão da Assembleia Municipal e decorridos dois dias após a votação e aprovação pela Câmara Municipal da proposta relativa ao Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho de Arganil não poderia a bancada do Partido Socialista deixar de trazer à reflexão, ainda que de uma forma muito sucinta, todo o processo que se tem arrastado desde o final do ano de 2010. Com efeito, dizendo, que custa a perceber como um projecto que procura combater a pobreza e a exclusão social possa ter sido protelado no tempo por motivos que se abstinham de repetir, porque toda a sucessão de factos era do conhecimento do concelho de Arganil e dos Arganilenses. Referiu que se goraram expectativas, adiou-se o início de um projecto, perdeu-se tempo, envolveram-se instituições prestigiadas para depois se voltar à posição inicial parecendo-lhes indiscutivelmente a mais acertada, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, prestigiada instituição com relevantes serviços prestados à causa social da nossa terra, de manifestar a confiança para desenvolver este Contrato Local de Desenvolvimento Social. Teria sido tudo mais fácil se em 29 de Dezembro de 2010 o executivo municipal tivesse aprovado a proposta do Sr. Vereador Miguel Ventura que revogava a decisão de 02 de Novembro. Este episódio para além de prejudicar os seus legítimos destinatários não prestigiou as Instituições Locais, atrasou-se injustificadamente o desenvolvimento de um programa e de um projecto, potencial factor de coesão social do concelho. -----

----- Terminou dizendo, que à semelhança do ocorrido com o empreendimento da Cerâmica, o executivo ouviu finalmente a oposição também neste assunto as posições do Partido Socialista na Vereação ou na Assembleia



Assembleia Municipal

Municipal primaram pelo equilíbrio e sensatez e apraz-lhes registar que foram genericamente seguidas pelo executivo. É assim a democracia nem sempre as maiorias têm razão. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Eugénio Fróis** após cumprimentar todos os presentes, referiu-se primeiramente à eventual construção da Mini Hídrica no Rio Alva, dizendo que reiterava e subscrevia a posição assumida pelo voto que o executivo Municipal teve por unanimidade contra a eventual construção, e contra a forma como o processo foi conduzido. Mais uma vez e de uma maneira forte manifestamos o nosso apoio às acções que o executivo, em conjunto, e de uma forma ponderada julgar por bem desenvolver. Em Coja, particularmente, conhecemos bem o efeito que tem a Mini Hídrica de Avô, nomeadamente a irregularidade dos caudais, que tornam o Rio por vezes um riacho e outras dá-lhe uma corrente relativamente forte. Naturalmente que do ponto de vista ambiental compreendem-se os problemas que daqui decorrem e do ponto de vista turístico e da frequência das praias fluviais cria naturalmente uma instabilidade grande, um factor de preocupação, porque acaba por afastar as pessoas e os visitantes do Rio. Continuou, dizendo, que queria aproveitar a presença do Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Coja e naturalmente da Câmara Municipal de Arganil para fazer uma proposta concreta para Coja e a proposta é no sentido de a Av. Padre José Vicente, vulgo Av. da Igreja, ter estacionamento apenas de um dos lados. Diariamente, quando o autocarro da TRANSDEV desce aquele troço tem de se estar à entrada da Avenida a ver quem é que passa primeiro ou fazendo ali um zig-zag constante. Naturalmente que isso se ultrapassa criando um estacionamento que deveria ser de poente – nascente. Com certeza que os técnicos dirão aquilo que é melhor, embora na minha perspectiva se deva de facto criar ali apenas o estacionamento de um dos lados.

----- A **Sr.ª Deputada Isabel Carvalho** cumprimentou os presentes e começou por saudar os órgãos da comunicação social em especial a Comarca de Arganil, congratulando-se com a sua reedição e homenageando as pessoas com espírito de iniciativa, que com entusiasmo e dedicação se organizaram, empreenderam e desenvolveram com êxito o projecto que permitiu a reanimação deste jornal centenário. Fazendo votos para que nos próximos 111 anos, pelos menos, a Comarca de Arganil continue a ser editada com regularidade e qualidade, salientou que neste dia iria ser feita a apresentação ao público dos órgãos sociais da Fundação Memória da Beira Serra – Comarca de Arganil, data histórica que constitui mais um marco na vida cultural da região de Arganil, desejando muito êxito para todos, Comarca, Jornal e Rádio Clube de Arganil que fazem história e comunicam história, história com H grande, levando a todos os cantos do mundo as notícias da nossa região, divulgando-a e mantendo-a presente na mente e no coração de quem está longe. Terminou desejando boa sorte, muito entusiasmo e obrigado pelo vosso trabalho. -----

----- O **Sr. Deputado Mário Vale** após cumprimentar todos os presentes referiu que apoiava inteiramente o executivo naquilo que tem feito e que continuará a fazer relativamente à possível construção de uma Mini Hídrica no Rio Alva, realçou que falava com algum conhecimento porque estava no executivo quando a Mini Hídrica de Avô foi construída. Nessa altura o Sr. Presidente da Junta das Secarias foi com uma delegação desta Assembleia a Coimbra apresentar o protesto onde foram recebidos à porta, pelo Sr. Secretário de Estado da Economia, com o Sr. Presidente da Câmara da altura, hoje Vereador, Eng. Rui Silva. Estava tudo marcado para serem recebidos



Assembleia Municipal

pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, o actual 1º Ministro e não foram. Já estava tudo tratado, teremos de lutar e por isso propôs que saísse da Assembleia um documento de todos, se possível aprovado por unanimidade e aclamação, esperando que não voltem a ser recebidos à porta de mais ninguém. Manifestou convicção de que todos os Arganilenses estão com o executivo da Câmara Municipal de Arganil. -----

----- Falou também na tomada de posse dos órgãos sociais da Comarca de Arganil que se iria realizar nesse mesmo dia, manifestou a sua gratidão e homenagem ao Sr. Eugénio Moreira, ao Sr. Prof. Lopes da Costa, ao Sr. João Castanheira Nunes, ao Sr. Francisco Cruz, ao Sr. Jorge Moreira, a todos os trabalhadores, aos tipógrafos, aos redactores, aos gerentes, ao Sr. Adelino e toda a gente que fez da Comarca um orgulho de empresa de todos os Arganilenses. Referiu que no seu ponto de vista deveria esta Assembleia elaborar um voto de louvor à Comarca de Arganil por aquilo que fez e por aquilo que com certeza irá fazer. -----

----- Terminou dizendo que relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, concordava com o que o Sr. Deputado João Pedro Pimentel disse, sendo que lhe parecia um caso insólito, que tivessem de haver três reuniões de Câmara, uma para entregar a coordenação à Santa Casa da Misericórdia, instituição que todos respeitam, depois uma outra para retirar à Santa Casa da Misericórdia e depois uma outra reunião para voltar a dar à Santa Casa da Misericórdia. Gostaria assim de ouvir da boca do Sr. Presidente uma explicação para todos ficarem esclarecidos e saberem o que se passou. -----

----- O **Sr. Deputado João Manuel Oliveira** após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que Coja tem um Centro de Saúde e o que acontece é que as pessoas muitas vezes para marcarem a sua consulta precisam de estar à espera desde a madrugada. A Junta de Freguesia para as pessoas não estarem ao frio fez uma sala para estarem acolhidos, mas queriam pôr aquecimento e para isso pediam ajuda à Câmara Municipal.

----- Outra questão estava relacionada com um Mini Golfe que havia no Sub-Paço para grandes provas nacionais e internacionais, sugeriu que esse Mini Golfe fosse aplicado no Prado em Coja na segunda fase de intervenção. -----

----- Recordou também que há três anos levantou um problema relacionado com a situação económica de Coja e que hoje se está a verificar, Coja está deserta, as pessoas chegam ao final do mês e não têm dinheiro para pagar as suas responsabilidades porque ficaram sem salário, uns vivem do desemprego e outros nem desemprego têm. Esta situação mereceu da parte da Sr.^a Presidente da Assembleia um apontamento que se iria fazer uma Assembleia própria para discutir esta situação mas não se fez. De seguida propôs um plano de emergência que colocou à consideração da Câmara Municipal e da própria Assembleia, que consistia em canalizar verbas para se poder contratar todo o número de desempregados que existem das fábricas, aqueles que têm subsídio de desemprego e aqueles que não têm, fazer-se um contrato para que haja hipótese de cada um se começar a equilibrar e também que seja considerada uma verba razoável, para que durante este período se fizesse publicidade e animação de forma a levar gente de fora, pelo menos durante este período da Páscoa até Setembro. No seu entender é uma hipótese, podendo haver melhor mas, para além da situação da indústria como todos sabem, a seguir vai o comércio, o alerta fica aqui. -----



Assembleia Municipal

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** cumprimentou todos os presentes, e começou por se referir a um tema que já foi abordado por dois colegas Deputados, colocando então uma questão ao Sr. Presidente em relação à coordenação do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Arganil. Em reunião normal de Câmara realizada a 02 de Novembro de 2010 foi, aprovado por unanimidade, a entrega à Santa Casa da Misericórdia de Arganil a coordenação do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Arganil – CLDS de Arganil. A 30 de Dezembro o Sr. Presidente convocou uma reunião extraordinária, especificamente com um ponto único da ordem de trabalhos, Contrato Local de Desenvolvimento Social, ponto da situação e deliberação, para substituir o parecer no CLDS de Arganil e Santa Casa da Misericórdia de Arganil, pela APPACDM, perguntando que condições surgiram para que o Sr. Presidente perdesse a confiança na Santa Casa da Misericórdia de Arganil e se terá sido por esta não aceitar o coordenador que o Sr. Presidente queria impor, sendo que saíram vários comunicados na comunicação social, de entre estes surgiu o comunicado da APPACDM a não aceitar a parceria para entidade coordenadora do CLDS de Arganil. Em reunião normal de Câmara, realizada a 18 de Janeiro de 2011, o Sr. Vereador Rui Silva questionou o Sr. Presidente se não seria oportuno abordar o problema do CLDS acrescentando à ordem de trabalhos a revogação da deliberação de 29 de Dezembro e a substituição da APPACDM antes que fosse perdido o processo. O Sr. Presidente disse que não, pois encontrava-se ainda a diligenciar no sentido de encontrar uma solução. A proposta do Sr. Vereador foi rejeitada pelo Sr. Presidente e mais três votos dos Srs. Vereadores do PSD, convocando depois uma reunião extraordinária de Câmara para, dia 24, reconduzir a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, novamente, como entidade coordenadora CLDS de Arganil. Questionou mais uma vez o porquê de a Santa Casa da Misericórdia de Arganil já servir como entidade coordenadora e se terá sido por abdicar do Coordenador do Projecto. -----

----- Continuou dizendo, acabamos de assistir a uma autêntica palhaçada que envolve Instituições e Entidades pelas quais o Senhor Presidente e a maioria PSD, que o apoia, deveriam ter mais respeito, gostaria que o Senhor Presidente desse conhecimento das situações, aos membros da Assembleia Municipal, para que não soubéssemos as coisas através da comunicação social. -----

----- Quanto ao assunto que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja referiu relativamente ao Centro de Saúde e como trabalhador do Centro, informou que ainda no dia anterior tinha 8 marcações e teve apenas 3 consultas, na 2ª feira teve 2 vagas e quando chegou não tinha nenhuma consulta marcada. A história das pessoas irem às 3 ou 4 horas da manhã parece-lhe mais um pouco de folclore e que têm de acabar com essa mentalidade. -----

----- Interveio o **Sr. Rui Franco, Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça** que após cumprimentar todos os presentes apresentou três assuntos, um deles relativo ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, aproveitando a ocasião para manifestar a sua alegria e o seu contentamento pelo facto de as duas Instituições se terem entendido e chegado a este ponto, na época difícil que atravessamos com tantas dificuldades sociais, uma crise quase generalizada onde os mais débeis, os mais fracos são os primeiros a senti-la, realmente importa colocar em primeiro plano as pessoas e aquilo que são as suas necessidades e as suas prioridades, saudando a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia por finalmente terem conseguido encontrar este entendimento



Assembleia Municipal

para servir os Arganilenses que mais precisam. Salientou que entendia que esta questão era demasiado importante e com o seu objectivo social que Arganil tanto precisa, é uma pena que se criem tricas políticas em torno de uma questão de tanto interesse. -----

----- Quanto à Mini Hídrica, a possível Mini Hídrica a montante das Secarias, referiu que São Martinho da Cortiça já viveu no passado alguns problemas do género e outros que foram ameaçados, nomeadamente sobre a possível exploração de caulino da Serra da Catraia dos Poços, pois com estas medidas, tiram-nos o que temos de mais precioso que é a natureza, o interior, nomeadamente o concelho de Arganil é mais ou menos um jardim zoológico de quem vai governando este país sucessivamente, e nós somos os animaizinhos que estão dentro desse jardim zoológico. Interessa dizer que se algum dia esses Senhores, as grandes urbes de Lisboa, cá chegarem e não encontrarem os animaizinhos para eles verem, que somos nós, e o resto é a paisagem envolvente não se admirem porque estão a fazer tudo para desertificar o interior do país, tirando as nossas riquezas em nome de alguns euros que poderão dar rendimento para a economia nacional, mas o turismo também dá e também temos direito de ter qualidade de vida, não nos tirem aquilo que de melhor temos, concluindo que partilhava de todas as posições tomadas, defendendo que na Assembleia Municipal fosse tomada uma posição firme e enérgica a condenar essa posição. -----

----- Outro dos assuntos estava relacionado com um clínico extraordinário que esteve ao serviço de São Martinho que infelizmente saiu por motivos de interesse pessoal, por este motivo, agradeceu as de marches que estão a ser tomadas pelo Centro de Saúde e pela ARS do Centro e, na pessoa do Senhor Director, aproveitou para agradecer a preocupação que está a ser tida relativamente a isto. -----

----- Informou também que há um projecto de um grupo de alunos da Escola Secundária de Arganil na disciplina da Área de Projecto, infelizmente disciplina que parece que vai ser eliminada a partir do fim deste ano lectivo, é um projecto onde três jovens frequentadores do 12ºano da turma C de Arganil, a Liliana Nunes, a Inês Quaresma e a Tânia Lopes, pretende apoiar a comunidade juvenil de São Francisco de Assis em Olho Marinho, que é uma comunidade que recebe crianças e jovens entre os oito e os vinte anos de idade, abandonados e órfãos, sendo que as carências são muito grandes. Todas as Juntas devem ter recebido um pedido de apoio para angariação de vestuário, calçado e alguns bens alimentares, que futuramente serão entregues à comunidade e era importante que todos colaborassem com esta iniciativa. -----

----- Por último, falou do encontro distrital da ANAFRE na Casa Municipal da Cultura com o objectivo e com tema essencial, a possível reorganização administrativa e o novo modelo, o novo paradigma que vai daí surgir com essa revisão administrativa, como membro dos órgãos sociais da ANAFRE do Distrito de Coimbra, informou que a posição da ANAFRE, relativamente a este assunto e daí este encontro distrital, primeiro auscultar os colegas Presidentes de Junta para perceber quais são as suas vontades e aquilo que entendem. A ANAFRE está especialmente contra a extinção de Freguesias pelo método da régua e esquadro, que é fazer no interior o que se faz nos grandes meios populacionais do litoral mas as realidades são diferentes. À Freguesias que existem, até por motivos culturais, de proximidade com pessoas, garantem ainda a permanência da população em certos locais do interior e a extinção dessas Juntas de Freguesia será catastrófico para o interior do país e para as Freguesias e



Assembleia Municipal

em Arganil existem muitos casos desses. Ter-se-á de perceber que se não estivermos com a ANAFRE na defesa destas questões não haverá mais ninguém que nos defenda. A Associação Nacional de Freguesias e todos os Presidentes de Junta deveriam tomar posições sobre isso para que essa revisão não seja feita de uma forma incorrecta como nós tememos, é preciso alertar para a diferença que tem de existir sobre o método a levar no reagrupamento ou no agrupamento de várias Freguesias e, claro, isso origina a extinção de outras. Dizer que hoje às 14:30h tem início esse encontro distrital e alguns Presidentes de Junta estão inscritos para este evento, outros que não estão caso queiram e possam ir hoje à tarde seria muito importante para que iniciássemos um debate para que possamos defender aquilo que é o interesse das Freguesias mais pequenas do interior do país.

----- A **Sr.^a Cidalina Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva** cumprimentou todos os presentes e deu início à sua intervenção, dizendo que a questão central que trazia à Assembleia já foi focada várias vezes e prende-se com uma experiência vivida directamente na nossa Freguesia e tem a ver com a Mini Hídrica. A instalação de uma nova Mini Hídrica no concelho e a nossa experiência com a instalação da Mini Hídrica de Avô, como é do conhecimento do Executivo Camarário, parecendo-lhe muito correcta a posição da Câmara em estar contra a instalação de uma Mini Hídrica, já que têm surgido vários problemas com a Mini Hídrica de Avô, nomeadamente ao nível dos depósitos de captação de água da rede pública, que têm sido dramáticos tendo um impacto directo no fornecimento de água potável a várias Freguesias servidas pelos depósitos de água de Vila Cova de Alva, nomeadamente a Freguesia de Vila Cova, Barril de Alva, Coja, parcialmente, Anseriz e Cerdeira. Por outro lado, também outra situação que se prende com o impacto ambiental da instalação desta nova Mini Hídrica e indirectamente o impacto que isto terá a nível do turismo em todo o concelho. Referiu também que o Executivo Camarário esteve muito bem, até porque desde o início mostrou apostar no turismo no nosso concelho como um ponto forte para atrair as pessoas. Por isso teremos de estar completamente contra a instalação e solidarizar-nos com a posição tomada pela Câmara Municipal, nós Junta de Freguesia inclusive tínhamos também um projecto para a criação de uma Praia Fluvial em Vila Cova de Alva, que agora questionamos poder concretizar. Não vale a pena fazer um investimento quando não estão reunidas as condições ambientais que façam com que as pessoas apostem na nossa praia fluvial e acontece que na nossa Freguesia para efeitos do turismo, o leito do rio está completamente cheio de lodo e neste momento já estão a criar-se algas e outros arbustos naturais que vão dividindo o rio em dois, qualquer dia não vamos ter um Rio Alva em Vila Cova, vamos ter duas ribeirinhas, o que provoca depois também o alargamento das terras de cultivo de um lado e põe em causa precisamente o terreno que estávamos a equacionar utilizar para a construção da praia fluvial e tudo isto por causa da instalação da Mini Hídrica. A Junta de Freguesia de Vila Cova está muito sensível a esta questão e apoia a 100%. Manifestou o seu contentamento relativamente à posição tomada pela maioria dos Deputados da Assembleia Municipal em se insurgirem contra a instalação desta nova Mini Hídrica. -----

----- De seguida fez um apelo ao Executivo Camarário para em conjunto com a Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva pressionassem as Águas do Mondego no sentido de começarem a instalação das ETAR's na Freguesia por ser um projecto que já se vem arrastando há muito tempo. -----



Assembleia Municipal

-----O **Sr. Deputado Luís Gomes** após cumprimentar todos os presentes, mencionou que relativamente à questão da Mini Hídrica e ela é dirigida no sentido de dar a posição da bancada do PSD quanto a este assunto, informou que entendiam que deviam ser coligidos todos os elementos, troca de correspondência, todas as de marches efectuadas até agora pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a este assunto para depois então se fazer uma proposta conjunta de todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal, moção essa que será uma petição dirigida à Assembleia da República em que haja intervenção dos Deputados eleitos pelo círculo de Coimbra, Deputados do PSD, Deputados do PS para que a tomada de posição seja mais forte. Reúnem-se todos os elementos para a próxima reunião, entretanto essa moção deverá ter como objectivo questionar a Senhora Ministra do Ambiente, até porque há bem pouco tempo aquela fez referência à necessidade da protecção do Rio Alva, e, por isso, tem de haver uma responsabilização por parte da Senhora Ministra do Ambiente. Ninguém melhor que os Deputados da Assembleia da República numa comissão parlamentar para questionarem a Senhora Ministra para que tome uma posição oficial sobre esta matéria, com despacho de viva voz, tem que haver uma responsabilidade escrita e formal. Terminou dizendo, que aguardam que o Senhor Presidente da Câmara faça chegar a cada uma das bancadas representadas todos os elementos, todas as diligências efectuadas para que depois se possa redigir essa moção conjunta na próxima reunião da Assembleia Municipal em Abril, esta é a posição da bancada do PSD. -----

----- O **Sr. Deputado Fernando Simões, Presidente da Junta de Sarzedo** que cumprimentou todos os presentes referiu que a sua intervenção seria no sentido de propor um voto de pesar e um minuto de silêncio em nome de um grande Homem que nos deixou, António Paiva Rodrigues, um grande autarca, um grande construtor deste concelho, que deixou a sua marca bem patente na sede deste concelho em que ele se esforçou para deixar para todos nós a sua recordação, um Homem de uma sensibilidade Humana muito grande, de uma honestidade incomparável, por essa razão eu proponha a esta Assembleia esse voto de pesar e um minuto de silêncio.

----- De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** decretou então um minuto de silêncio. -----

-----O **Sr. Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** após cumprimentar todos os presentes, disse que registava com agrado a informação do Sr. Dr. Manuel Augusto sobre o caso de Coja, dizendo que a informação que tinha era exactamente o contrário da que foi dada pelo Sr. Deputado Manuel Augusto. No entanto dado esta informação, a Junta vai ter o cuidado de informar a população de que não tem necessidade de ir de noite para marcar consultas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis disse que a Câmara Municipal já aprovou um regulamento em que o estacionamento em Coja, exactamente do lado direito quando se desce passará a ser proibido. -----

----- O **Sr. Deputado Eugénio Fróis** referiu que ficava muito contente por saber dessa decisão. Referiu também se gostaria de congratular com a manutenção do Centro de Emprego e Formação Profissional em Arganil e pelas diligências efectuadas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Pedro Pimentel quanto à questão do Contrato Local de Desenvolvimento Social, esta foi tratada nos órgãos próprios, designadamente também na Câmara Municipal, toda a informação sobre este processo está plasmada nas actas



Assembleia Municipal

das reuniões de Câmara Municipal e por isso nesta fase aquilo que importa realçar e relevar é o entendimento que foi possível construir entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia que colocaram os interesses e Arganil acima de quaisquer outros interesses, referiu também que entende as motivações da oposição relativamente a esta matéria, que sabia bem que caminho é que o Partido Socialista queria que fosse seguido relativamente a esta questão, nomeadamente relativamente à liderança do programa, mas a pobreza e a exclusão social não deve ser instrumento de política partidária. Reforçou a importância do trabalho que foi desenvolvido pela Câmara Municipal e pela Santa Casa da Misericórdia no sentido de construir uma solução que vai ao encontro daquilo que é a expectativa dos Arganilenses colocando este programa ao serviço dos pobres e dos excluídos socialmente. -----

----- Quanto à questão da Cerâmica, manifestou a sua perplexidade relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Pedro Pimentel. Ao longo de cinco anos o Partido Socialista votou sempre contra todas as iniciativas que foram tomadas em relação a este processo para hoje, mais uma vez num gesto que considera uma acrobacia política, dizer que o executivo PSD ouviu o Partido Socialista, aquilo que de facto todos constatamos e mudar de posição não é nenhum crime, nem é algo que deva ser indicado como um defeito, aquilo que os Senhores deviam reconhecer, era que estavam enganados relativamente ao projecto da Cerâmica e consideram que ele é uma mais-valia para o concelho. O projecto teve os seus ajustamentos decorrente da audição aos Arganilenses e sobretudo pela convicção que ganhámos com as novas circunstâncias que existem face à crise económica e financeira que assola o concelho e sobretudo o país. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, e em relação à questão do Centro de Emprego e Formação Profissional, de facto, congratular-me com essa decisão e dizer que esta decisão torna-se válida por um ano, no final do ano teremos novamente que conversar com o Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional de forma a discutir a situação e naturalmente que nos continuaremos a bater por esta questão. Entendo que a unidade que foi possível construir quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal e ainda com as Câmaras Municipais dos Concelhos de Arganil, Tábua, Oliveira do Hospital, Góis e Pampilhosa da Serra, foi decisiva para conseguirmos manter o Centro de Emprego e Formação Profissional no nosso território, é dessa forma que continuaremos a batermos para que esta estrutura continue ao serviço não só de Arganil, mas de toda a região da Beira Serra. -----

----- Sobre a questão da Mini Hídrica, os Srs. Deputados manifestaram de uma forma veemente a sua oposição a esta matéria, queria dizer que expressei junto da Sr.^a Presidente da Administração da Rede Hidrográfica a nossa perplexidade pela forma como todo o processo correu, em que não houve uma consulta nem sequer uma palavra para com as Câmaras Municipais envolvidas mas, sobretudo, porque esta é uma medida de natureza financeira, tal que as empresas para poderem concorrer à concessão tinham que depositar nos cofres do estado uma quantia considerável. Como é que os interesses financeiros se podem sobrepor àqueles que são os interesses das populações, designadamente em matéria de interesses de preservação patrimonial, de interesses turísticos e também interesses de natureza social? A questão da Mini Hídrica vai ser agora desenvolvido o projecto e depois haverá avaliação do estudo de impacto ambiental, a Câmara Municipal e todos os Arganilenses e a Assembleia



Assembleia Municipal

Municipal, naturalmente, devem pronunciar-se nessa fase de discussão pública do estudo de impacto ambiental, até lá deveremos de forma concertada dirigir a nossa intervenção também à Senhora Ministra do Ambiente e ao Senhor Ministro das Finanças, que pelos vistos terá sido ele que deu as indicações para que este concurso fosse aberto e dizer que temos, e de facto isso tinha sido feito, um trabalho conjunto com Tábua, Oliveira do Hospital e Penacova e que naturalmente os concelhos de Seia e Vila Nova de Poiares também serão desafiados a participar nesse trabalho que é apresentarmos uma candidatura conjunta a um programa que se chama Poli Rios, que se espera que seja lançado entretanto de forma a valorizar e preservar todo o Vale do Alva. -----

----- Em relação à questão do estacionamento da Av. Padre José Vicente o Sr. Presidente da Junta de Coja já deu conta do que está determinado, depois de concluídas as obras do lar e de uma valorização também da própria Av. Padre José Vicente está previsto que o estacionamento seja apenas de um lado de forma a melhorar as condições de circulação no interior da Vila de Coja. -----

----- Referiu-se também à Fundação da Memória da Beira Serra – Comarca de Arganil, dizendo que é uma grande notícia para o concelho e para a região, a Comarca de Arganil, depois de 110 anos, e agora um ano e meio de interregno, voltar às bancas. A Comarca de Arganil contou a história do nosso concelho e dos concelhos limítrofes nos últimos 110 anos, teve um papel fundamental na difusão da informação e levou bem longe o nome da nossa região, por isso queria ter uma palavra para com todos aqueles que contribuíram para que esta Fundação possa desenvolver esse trabalho de reactivação da Comarca de Arganil que já está nas bancas. -----

----- Quanto à questão do Sr. Presidente da Junta de Coja relativa ao Mini Golfe, como já lhe havia transmitido pessoalmente, ele foi de facto desmontado no Sub-Paço, mas está previsto que seja instalado novamente nouro espaço em Arganil, portanto não poderemos responder à sua solicitação. -----

----- Sobre a questão da situação económica à uns anos atrás, uma especialista na área da economia dizia que o nosso país depende muito daquilo que se passa lá fora, nomeadamente em termos económicos da França e da Alemanha, somos mais ou menos como uma casa sem janelas e sem portas, se há vento lá fora, há vento dentro de casa, isso pode-se transpor facilmente para a situação do país, mais ainda nos concelhos do interior. O país vive uma crise económica e financeira que naturalmente é transportável também para cada uma das suas unidades geográficas mais pequenas como sejam os concelhos ou as freguesias, é uma situação que a todos preocupa, Coja está a viver e naturalmente o concelho também, porque não é imune à crise financeira e económica do país, isto tem a ver sobretudo com questões de política central, o país tem que avaliar, se pretende investir ou não, porque diagnósticos da situação todos já fizemos, interessa é desenvolver medidas activas para procurar criar um novo modelo de desenvolvimento, o mundo mudou nos últimos anos e nós temos que mudar com ele. Como o Sr. Presidente da Junta de Coja aflorou aqui a questão do turismo, que é o caminho, é uma questão decisiva e nos próximos meses vamos dar passos significativos no sentido de consolidar e concretizar aquilo que é uma aposta forte do executivo camarário. -----

----- Sobre a questão dos programas ocupacionais acho que isso é precariedade, acho que as instituições, a Câmara Municipal, as outras instituições devem recorrer a Contratos de Emprego e Inserção mas nunca numa lógica de empregabilidade porque não são criação de emprego, assumem um carácter provisório, são importantes



Assembleia Municipal

para preencher aquilo que são as necessidades dos Municípios, das Freguesias e das instituições, mas não são um instrumento definitivo de criação de emprego. Portanto, acho que o nosso problema é mais profundo do que aquele que acabei de enunciar. -----

----- Quanto às questões que o Sr. Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça trouxe nomeadamente sobre o apoio de um grupo de estudantes à Comunidade Juvenil de São Francisco de Assis, acho que no momento em que a crise atinge proporções importantes, nomeadamente nas famílias, penso que iniciativas como estas são acções que devem ser realçadas e devem ser fortemente apoiadas por todos nós, de forma a ajudar aqueles que menos têm e aqueles que mais precisam, nomeadamente, os jovens que tantas dificuldades têm atravessado ao longo da vida, dizer também que relativamente ao encontro distrital da ANAFRE, foi um apelo para os Srs. Presidentes de Junta estarem presentes. É importante que se escute esta questão das Freguesias esperando naturalmente que haja sensibilidade para mais uma vez não procurarem fazer uma organização cega do mapa das Freguesias e dos Concelhos deste país, uma vez que esta discussão tem de ser uma discussão da sociedade portuguesa, não pode ser uma discussão só dos Partidos Políticos, é preciso atender ao espaço territorial onde estamos, o interior e o litoral são completamente diferentes, espero e acredito que este Fórum do encontro distrital da ANAFRE seja um Fórum importante também para reafirmar esses princípios e esses valores.

----- Agradeceu as palavras da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva sobre a questão da Mini Hidrica e disse que relativamente à questão das ETAR's estão em contacto com as Águas do Mondego no sentido de procurar ultrapassar rapidamente alguns obstáculos administrativos que existiram ao longo do processo para que estas ETAR's, não só as da Freguesia de Vila Cova do Alva mas também São Martinho da Cortiça, do Barril de Alva, de Pomares possam avançar para cumprir rapidamente o papel que lhes está destinado.

----- Terminou manifestando o seu pesar e o pesar do Município do Executivo Camarário que no seu todo aprovou também um voto de pesar na sua última reunião de Câmara ordinária pelo falecimento do Sr. António Paiva Rodrigues que foi Presidente de Junta da Freguesia do Sarzedo durante vários anos, era também um empreendedor do nosso concelho que merece o nosso respeito, a nossa consideração e seguramente que o exemplo dele será sempre para nós um exemplo de afirmação de princípios e de valores com os quais nos identificamos. -----

----- O **Sr. Deputado João Pedro Pimental** a propósito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, referiu que não podia deixar passar em claro que nos últimos tempos a bancada do Partido Socialista se insurgia relativamente à existência de uma área comercial contra a qual nos batíamos em defesa daquilo que julgamos serem os interesses do pequeno comércio Arganilense, essa era a nossa grande divergência, até porque o Sr. Presidente chegou a dizer que essa área comercial não colocava em causa o pequeno comércio Arganilense. A Câmara Municipal retirou esse projecto indo de encontro com algumas das sugestões que nós democraticamente aqui colocámos à consideração do Sr. Presidente da Câmara e do Município, fica claro que a posição do Partido Socialista é naturalmente de apoio ao projecto da Cerâmica com as ressalvas que nestes últimos anos tivemos ocasião de referir. -----



Assembleia Municipal

----- Finalmente em relação à questão do Contrato Local de Desenvolvimento Social gostávamos de encerrar este assunto, pensamos que todos os Arganilenses tiveram noção daquilo que se passou, felicitamos o acordo estabelecido entre a Câmara e a Santa Casa mas, no entanto, pensamos que o processo devia ter sido gerido de outra forma, a Câmara Municipal não deveria ter colocado à votação, como já foi dito em Novembro, uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia não deveria ter sido alvo de uma votação em sede de executivo municipal. -----

----- O **Sr. Deputado João Oliveira** interveio para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a proposta que fez era provisória, não tinha nada de definitivo, mas quando as dificuldades são muitas, alguma solução terá de ter mesmo que seja provisória, para além da parte económica existe a parte social, porque gente que anda sem trabalhar é gente que só complica e só cria vícios, esta medida de emergência pode realizar-se com 75.000,00€ ou 100.000,00€ acho que é de analisar e concretizar. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** lembrou que mais uma vez ficou sem resposta por parte do Sr. Presidente, solicitou ao Sr. Presidente do Executivo que esclarecesse a Assembleia porque tinha de momento perdido a confiança na Santa Casa para a seguir a retomar, todos nos congratulamos com a parceria que está estabelecida, é dinheiro que vem para o concelho de Arganil. No entanto, há aqui um jogo e uma troca de palavras e de posições que não são consentâneas com as instituições que foram postas em causa. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** salientou que gostaria de se congratular com a posição assumida pelo Sr. Deputado João Pedro Pimentel em apoio ao projecto da Cerâmica Arganilense, dizendo que finalmente este projecto reúne um amplo consenso nesta Assembleia Municipal. -----

----- Respondendo ao Sr. Deputado Manuel Augusto informou que há determinado tipo de palavras e de vocabulário que não são consentâneos com a elevação e com a educação que deve prevalecer no debate político e particularmente na Assembleia Municipal, como não se revê nesse vocabulário e nessa forma de estar na política entendeu que a melhor resposta era o silêncio, referiu também que percebeu que o Sr. Deputado não leu as actas das reuniões de Câmara, porque se as lesse teria percebido que a reunião não foi convocada para o dia 30 de Dezembro mas para 29 de Dezembro, onde está plasmado tudo o que se passou neste processo. Por fim realçou a importância do entendimento que foi possível estabelecer fruto de um trabalho conjunto das duas partes entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, considerando o assunto encerrado.

ORDEM DO DIA

1 – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte. Eleição de membros suplentes da Assembleia Intermunicipal.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que foi presente à mesa uma única proposta que dizia o seguinte: -----

----- *As Bancadas Políticas representadas na Assembleia Municipal de Arganil (PSD – Partido Social Democrata; PS – Partido Socialista e Lista Independente – Arganil concelho com futuro) propõem em lista conjunta os*



Assembleia Municipal

seguintes elementos suplentes para a Assembleia Intermunicipal da CIMPIN (Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte): -----

1º - *Fernanda Maria Figueiredo Dias;* -----

2º - *Rui Martins Portugal;* -----

3º - *António Serra Correia;* -----

4º - *João Pedro Pimentel;* -----

5º - *Sandra Margarida Pedroso Dias.* -----

-----Arganil, 26 de Fevereiro de 2011 -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que a esta lista se iria atribuir o nome de Lista "A", sendo que poderiam proceder à votação. -----

----- O **Sr. Mário Gonçalves** procedeu à chamada dos trinta e cinco elementos votantes. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que votarem trinta e cinco Deputados, não havendo votos brancos nem nulo, foi a Lista "A" eleita por unanimidade com trinta e cinco votos favoráveis. -----

2 – Apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos da alínea c) do nº4 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro). -----

----- O Sr. Presidente da Câmara pediu autorização para que o Sr. Vereador Luís Paulo Costa fizesse a apresentação deste ponto. -----

-----Interveio o **Sr. Deputado Manuel Augusto** dizendo que uma vez que a documentação referente a este ponto não tinha sido entregue a tempo de forma a poderem analisá-los de forma conveniente, e porque a sua bancada gostaria que fosse enviado um relatório detalhado das verbas aplicadas do empréstimo do saneamento financeiro, propôs o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos para a próxima reunião de Assembleia Municipal. -----

----- O **Sr. Deputado Luís Gomes** pediu ao Sr. Presidente a interrupção da Assembleia por cinco minutos para a bancada se reunir. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** concedeu os cinco minutos. -----

-----Passado o tempo estipulado o **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que o Sr. Deputado Manuel Augusto entregou uma proposta por escrito à mesa que diz: "*dado mais uma vez o Sr. Presidente do Executivo mostrar falta de respeito pela Assembleia Municipal ao não entregar o documento que tem que ser votado*", referiu que esta proposta está a partir de um pressuposto errado em que o documento não é para ser votado nem está na ordem de trabalhos como tal, está para ser apreciado, perguntou se mantém a proposta uma vez que o pressuposto não se verifica, caso contrário, Vossa Ex.^a mantém a proposta e eu porei a proposta à discussão e à votação. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** em relação ao pedido de desculpa que o Sr. Presidente fez no início da Assembleia depreendeu que este ponto seria para votar. -----



Assembleia Municipal

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto referiu que não tinha essa interpretação, quando se tem uma falha independentemente das consequências que possam ter do ponto de vista jurídico terá de se pedir desculpa. Não quer dizer com isto que o ponto que até aqui era para apreciação passe agora para apreciação e votação. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** informando que o pedido de desculpa é um acto de respeito para com a Assembleia Municipal, informou também que na ordem de trabalhos não se fala em votação e o que a Lei das Finanças Locais enuncia é a apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, mas apreciação inclui discussão e por isso, é importante que todos possamos proceder à discussão do Plano, referiu que no artº.40º que diz respeito ao Saneamento Financeiro Municipal enquadrado na Lei das Finanças Locais, no seu ponto nº4 alínea c) diz; *“os órgãos executivos durante o período de empréstimo ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-lo para apreciação dos órgãos deliberativos”*, e no ponto nº7 diz; *“durante o período de vigência do contrato a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal incluem em anexo ao balanço a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro”*, ou seja, na próxima Assembleia Municipal é obrigatório que em anexo ao balanço vá a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, nessa altura ter-se-á uma perspectiva ainda mais actualizada. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** perguntou ao Sr. Deputado Manuel Augusto se pretendia manter a proposta.-----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** referiu que retirava a proposta mas lamentava a falta de respeito pela Assembleia Municipal.-----

----- Interveio o **Sr. Vereador Luís Paulo Costa** que após cumprimentar os presentes, procedeu a uma breve apresentação dos principais elementos que constam no Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, do ponto de vista dos dados objectivos pela questão do endividamento e em relação à questão do endividamento, e particularmente no que concerne ao endividamento líquido, referiu que não iria fazer referência aos dados que constam do relatório, uma vez que eram dados muito provisórios, na data em que o documento foi elaborado existiam ainda muitos documentos em trânsito particularmente facturas de fornecedores que ainda não estavam registadas na contabilidade e no relatório da evolução da situação financeira que é um documento que também trazemos à Assembleia Municipal, há de facto dados mais actualizados, relativamente à questão do endividamento líquido, referiu que ainda são dados provisórios mas mais fiáveis e mais aproximados da realidade que à data de 31 de Dezembro de 2010. O endividamento líquido se situará em valores próximos dos 7.156.239,19€ o que consubstancia uma diminuição face aos valores de 2009 de cerca de 8%, relativamente aos prazos médios de pagamento, naturalmente e como quando foi votado o Plano de Saneamento Financeiro referimos que os reflexos do Saneamento Financeiro são muito significativos, ou foram muito significativos ao nível do cumprimento das obrigações do Município para com os seus fornecedores e os seus prestadores de serviços, no fundo os seus credores. Tendo-se conseguido reduzir significativamente o prazo médio de pagamentos que do ponto de vista matemático estava calculado no final de 2009 em 236 dias e



Assembleia Municipal

no final de 2010 coloca Arganil na lista dos municípios melhor pagadores a nível nacional com um prazo médio de pagamentos na ordem dos 37 dias. -----

----- Quanto às demonstrações financeiras e no que concerne ao balanço, aquilo que são os valores de 2010 executados face àquilo que estava previsto no Plano de Saneamento regista uma redução de cerca de 4% quer ao nível do activo como também ao nível da rubrica de fundos próprios e passivo. Naturalmente também como é referido no documento há uma justificação para este decréscimo e um dos factos mais significativos que não pode ser ignorado, é o facto de o país estar a atravessar uma crise económica e financeira muito adversa que, como sabem, teve consequências ao nível das transferências para as autarquias locais e isso repercute-se na velocidade com que se efectuam os investimentos, há um outro indicador que é precisamente comprovativo dessa situação, a nível das dívidas de terceiros de curto prazo regista-se algum acréscimo de dívida de terceiros para com o Município, particularmente, de alguns serviços que consideramos básicos e relativamente aos quais é necessário ter alguns cuidados sendo aquele que é mais significativo ou mais simbólico, a questão dos serviços de água e saneamento. Ao nível de outro elemento importante das demonstrações de resultados aquilo que foi conseguido em termos de execução face àquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro aproximar-se-á de uma redução face à previsão de cerca de 13% quer na componente dos custos como também na componente dos proveitos. Ao nível de custos, registam-se algumas rubricas com comportamentos favoráveis do ponto de vista financeiro, nomeadamente uma redução significativa ao nível dos custos com pessoas e dos fornecimentos de serviços externos, em termos de execução da receita e da despesa, a receita registou no final de 2010 uma taxa de execução de cerca de 70% ao nível da despesa, a taxa da execução total é um bocadinho inferior, situar-se-á em cerca de 68%, de referir também outro indicador importante do agravamento da situação económica e financeira do país e do concelho que se reflecte naturalmente ao nível dos imóveis que são transaccionados, e o principal indicador que é de facto muito relevante que tem a ver com o imposto municipal sobre transacções, ou seja, reduz a receita do IMT, naturalmente que há uma retracção a nível da transacção de bens imóveis, em termos muito sintéticos são os principais indicadores que resultam desta apreciação do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- O **Sr. Deputado Manuel Augusto** salientou que não houve tempo de fazer uma análise, mas enquanto o Sr. Vereador Luís Paulo estava a fazer a sua explanação começou a ler a primeira página, e logo no segundo ponto, no segundo parágrafo, "*O Município solicitou por tranche a libertação total do valor do empréstimo, valor que aplicou, até à data o montante de 4.008.069,58€ (o restante será aplicado brevemente em dívida de 2009), no pagamento de dívidas a terceiros, como previsto no Plano de Saneamento Financeiro*". Referiu que o Sr. Vereador tinha acabado de dizer que a Câmara de Arganil se encontrava à frente, porque tinha os pagamentos a 35 dias, e por isso não entendia. -----

----- A **Sr.ª Deputada Maria Armada** após cumprimentar todos os presentes informou que tinha uma questão a colocar ao Sr. Vereador Luís Paulo Costa, mencionou que de uma apreciação breve que tinha feito ao documento solicitava alguns esclarecimentos relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, referindo-se ao primeiro quadro, quadro do balanço em que se verifica que os desvios relativamente àquilo que foi previsto e



Assembleia Municipal

aquilo que foi realizado, há um conjunto de desvios, e os desvios que se verificam negativos, ou seja, não realizámos aquilo que tínhamos previsto, dizem respeito ao imobilizado, todos os bens corpóreos e incorpóreos, amortizações e existências, incluem as existências imobilizadas têm desvios negativos sensíveis, 30%, 31%, 23%, apenas o imobilizado bruto e o investimento financeiro têm desvios menores, no que diz respeito às dívidas de médio e curto prazo e aos depósitos em instituições financeiras temos desvios positivos muito elevados, parece que temos um Plano de Saneamento Financeiro para o depositar no banco e não para pagar as dívidas, temos um Plano de Saneamento Financeiro que nos mantém em relação àquilo que tínhamos previsto e isso foi muito discutido que mantém 58%, quase 60% de desvio positivo, que não foi efectivado. Depois as dívidas a terceiros de curto prazo mantém um desvio de 70%, estes valores em relação àquilo que provisionámos e foi feito um empréstimo de saneamento para este efeito, fizemos previsão de uns valores com que justificámos as nossas necessidades mas, agora na realização temos grandes alterações relativamente a isso.-----

----- O **Sr. Vereador Luís Paulo Costa** relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, referiu que essa pequena diferença entre o valor de 4.008.000,00€ e o valor de 4.100.000,00€ que é o valor total do empréstimo se deve exclusivamente a uma questão de uma factura relacionada com um fornecedor, ou seja, existia nessa data um fornecedor que tinha fornecimentos vários ao Município, sendo que não estavam concluídos na sua totalidade, e o caso muito concreto, aliás, é do conhecimento da generalidade dos Srs. Presidentes da Junta, tem a ver com os fornecimentos de abrigos para passageiros, houve também um processo bastante moroso da colocação destes equipamentos, mais moroso do que seria desejável e, portanto, fez com que no final de 2010 ainda não fosse possível pagar àquele fornecedor. No entanto toda a dívida que estava considerada no Plano de Saneamento Financeiro para ser paga com este empréstimo foi integralmente paga, contrariamente àquilo que acontece às vezes em alguns Municípios deste país, de contrair empréstimos para Saneamento Financeiro, não pagar as dívidas e aplicá-los noutra tipo de aquisições isso aqui no nosso concelho e no caso deste empréstimos para Saneamento Financeiro bem como do anterior empréstimo para Saneamento Financeiros isso não se verificou, a questão dos prazos médios de pagamento é uma questão matemática objectiva e estão correctamente calculados. -----

----- Quanto aos apontamentos da Sr.^a Deputada Maria Armanda, particularmente no que concerne à demonstração financeira balanço disse que relativamente às rubricas de imobilizado, esta diferença negativa entre aquilo que estava previsto e aquilo que foi executado tem subjacente um aspecto que já tinha referido, todos temos percepção que quando há uma redução de verbas, isso aplicasse nas entidades públicas, ou deve aplicar-se nas entidades públicas como se aplica nas empresas e como se aplica na vida de cada um de nós, quando há uma redução de meios financeiros temos que tentar também fazer uma redução nos gastos que fazemos, obviamente que o facto de haver uma redução de transferências por parte da administração central, via Orçamento de Estado, obrigou a fazer um investimento mais devagar ao nível dos bens do imobilizado, esta redução nesta rubrica de imobilizado bruto deve-se, essencialmente, a isso. Houve de facto que abrandar um bocadinho a velocidade com que se estava a fazer o investimento, quanto aos desvios positivos que referiu que se concentram objectivamente em duas rubricas, referiu que em relação às dívidas de terceiros a curto prazo nós



Assembleia Municipal

ficaríamos muito mais satisfeitos que elas aqui não estivessem, resultam como disse de algum incumprimento de terceiros, particularmente, de algum caso de alguns consumidores de água para com a autarquia, mas o grosso que é de facto significativo desta divergência tem a ver com valores de participações de alguns projectos que a autarquia conta garantir rapidamente, ou conta receber rapidamente e que não foram ainda satisfeitos por parte dos organismos que tutelam os fundos comunitários. Quanto aos depósitos a instituições financeiras que é outra rubrica que tem um desvio positivo, mencionou que este valor, de facto, não é significativo tanto mais que nestes 985.000,00€ que estão aqui reflectidos estão cerca de 400.000,00€ que não são da autarquia, ou seja, são cauções depositados por fornecedores e por empreiteiros que estão também numa conta que não pode sequer ser movimentada a não ser no momento de devolver estas verbas aos seus titulares, estamos a falar de 500.000,00€ da autarquia no final de 2010, não se trata de aforrar embora gostássemos de ter um valor superior nesta rubrica. A questão que suscitou este empréstimo, o empréstimo para Saneamento Financeiro foi contraído para pagar a dívida e foi isso que sucedeu, a situação residual tem a ver, com algum fornecedor que não estava naquela data ainda efectuada, mas que foi entretanto saldada. -----

3 – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º1 do art.53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11/01. -----

----- O Sr. Deputado Martins Barata após cumprimentar os presentes, e relativamente a este ponto, a apreciação da informação do relatório financeiro relativo ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010 e ainda ao mês de Janeiro de 2011, no que diz respeito à evolução do endividamento líquido, referiu que gostaria de ver esclarecido, no que diz respeito à variação de 2009, relativamente a 2008 nos empréstimos a curto prazo, o valor em 2008 é 541.988,35€ e em 2009 de 532.155,31€ salientou que a variação zero estava errada, como é que este valor está a zero quando se refere a anos anteriores, depois o mesmo acontece em 2010 relativamente a 2009 que é de 532.155,31€ e em 2010 de 525.584,89€ e a variação volta a estar em zero, em relação à administração autárquica um crescimento, tendo em atenção que a variação entre 2004 e 2010 tem sido praticamente sempre negativa, à excepção do ano de 2007 em que houve um acréscimo de 521% gostaria de perceber, na variação de 2010/2009 o acréscimo 130,6% e nos activos financeiros os outros devedores também um acréscimo, o que está em contra ciclo um acréscimo de 163,3%. -----

----- O Sr. Vereador Luís Paulo Costa, relativamente a estas questões que foram suscitadas pelo Deputado Martins Barata informou que provavelmente estavam perante uma situação de arredondamentos, ou seja, aquilo que temos aqui e que de facto não é melhor indicador mas é um arredondamento à casa decimal, provavelmente para termos aqui alguma leitura que no fundo reflectisse aquilo que o Sr. Deputado disse teríamos que ter um arredondamento à casa centesimal. Se arredondarmos à casa decimal, será uma variação de 0,01 que poderá estar relacionado com algum arredondamento que estava formatado nas células do Excel, de qualquer forma concordo com o que disse que de facto não é a leitura mais adequada. Quanto ao valor que referiu da administração autárquica a evolução que houve, parece-me que esta rubrica regista essencialmente aquilo que tem a ver com as despesas da Assembleia Municipal, terá sido provavelmente alguma situação relacionada com



Assembleia Municipal

esse aspecto que terá estado em cima da mesa, de qualquer forma referir-lhe que peso embora a variação percentual que é aparentemente muito significativa, mas do ponto de vista absoluto, estamos a falar de uma diferença de menos de 30.000,00€ que também do ponto de vista dos grandes números não pode ser considerado outra coisa se não de pouco significativa, quanto à questão da rubrica que também referiu de outros devedores, está relacionada com um aspecto que também já referi, que tem a ver com participações ou com pedidos de pagamento que estão submetidos, relacionados com os investimentos que são efectuados pela autarquia e que aguardamos que as entidades gestoras dos fundos comunitários paguem à Câmara, são valores que de facto são muito significativos como resulta do número que está aí reflectido.-----

----- O **Sr. Deputado Martins Barata** relativamente à questão que o Sr. Vereador colocou, de ser um acerto de células do Excel, discordou na medida em que no que diz respeito à evolução de 2006 para 2007 o diferencial é de 11.000,00€ aproximadamente, o que representa 1,9% ,aqui a diferença entre 2009 que é de 9.000,00€ aproximadamente, o que não pode ser zero como é evidente e 532.000,00€ versus 525.000,00€, ou seja, 2009/2010 a diferença aqui é de 7.000,00€ o que também não pode ser 0,1%, provavelmente está a usar mal a máquina de calcular, no que diz respeito às questões da administração autárquica, ser o aumento da Assembleia Municipal, isso então está em perfeita contradição com o que vimos anteriormente no Relatório Semestral, o previsto era 31.500,00€ e o executado foi 18.000,00€ o que representou uma diferença de 59%. -----

----- O **Sr. Vereador Luís Paulo Costa** respondendo ao Sr. Deputado Martins Barata e em relação às contas, acabei de confirmar com a máquina de calcular, há aqui um lapso nos valores que estão nestas células, é algo que terá de ser naturalmente corrigido, quanto à questão da rubrica da administração autárquica. No entanto, disse que pese embora a diferença percentual seja significativa, parece-me que do ponto de vista dos números absolutos não estamos a falar de nenhuma grandeza que mereça grande relevância. -----

----- O **Sr. Deputado Martins Barata** respondendo ao Sr. Vereador referiu que é uma questão de informação que lhe parecia relevante 1.577.000,00€ para 1.520.000,00€ é 1.000.000,00€, pelo menos em minha casa seria. O que me parece é que, com este conjunto de lapsos, agradecia que o Executivo apresentasse à Assembleia documentos com mais cuidado e fidedignos, para que possamos efectivamente estabelecer um critério sobre as contas da autarquia. -----

----- Sendo doze horas e trinta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____,
1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

ANEXOS